

## INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOÃO ARAÚJO

Sanny Maria Araújo Teixeira Ramos <sup>1</sup>  
Erika Bataglia da Costa <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo volta o seu olhar para a inclusão escolar, a partir de uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso realizado na Escola de Educação Básica João Araújo. Considerando a realidade atual, o marco histórico da Educação Inclusiva no Brasil, foi feita uma reflexão sobre os objetivos e propostas de uma Educação Inclusiva e as condições oferecidas dentro da Escola para que isso aconteça. A pesquisa foi realizada no período de estágio supervisionado do curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, entre visitas, aplicação de questionários e conversas informais com professores, gestores e funcionários, que apresentaram suas conquistas, anseios e angústias, bem como os caminhos que estão sendo trilhados diante da realidade que se apresenta. Com a política educacional vigente na área da educação especial (BRASIL, 2008), muitas são as mudanças nos âmbitos sociais, econômicos, políticos e pedagógicos. O que se apresenta é um cenário promissor, porém, refém de uma realidade ainda muito precária no que se refere a investimentos e políticas públicas.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Escola, Inclusão, Educação.

### INTRODUÇÃO

Falar sobre inclusão requer um olhar especial, sensível e atento as especificidades e particularidades que cada um carrega consigo. Refiro-me a este olhar em especial por saber o quanto a palavra inclusão é cara a uma sociedade historicamente excludente. Sabendo que as raízes da educação estão arraigadas na exclusão e no privilégio de alguns, percorrendo um longo caminho até a conquista do direito de todos e dever do estado, garantido pela legislação vigente, tal discussão se torna ainda mais importante.

Com vistas a iniciar essa discussão, o objetivo principal deste estudo é analisar o processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais e, em termos específicos, identificar os principais entraves da inclusão escolar na sala de aula regular.

Metodologicamente, partiu-se da ideia de um estudo de caso, sendo possível perceber qual a significância de todas essas conquistas em sala de aula, e o que os educadores pensam a

---

<sup>1</sup> Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e pós graduada em Educação Infantil e Psicopedagogia Clínica e Institucional da Faculdade Terra Nordeste (FATENE). sannyramos14@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduada pelo Curso de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e pelo curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional (UNINTER), pós graduada, mestre e doutoranda. erikabataglia@gmail.com.

respeito, uma vez que a inclusão de pessoas com transtornos, deficiências, síndromes ou patologias, independe da preparação profissional e estrutural do ambiente.

## **METODOLOGIA**

Compreendendo que a metodologia a ser utilizada deve tornar claros os objetivos a serem alcançados, definindo previamente o percurso, decidimos por uma pesquisa qualitativa e bibliográfica.

Para Minayo (2007, p. 21)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...]. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade é objeto da pesquisa qualitativa e dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos [...].

Por considerar a pesquisa de origem qualitativa a que melhor atende aos anseios, aplicamos um questionário com o grupo de professores, para identificar quais as principais dificuldades para nos dar embasamento necessário para elaborar o plano de intervenção. O questionário é composto por 06 questões subjetivas que versam saber quanto a formação desses professores.

Os questionários de pesquisa foram entregues aos professores sem identificação para que pudessem ficar mais à vontade para responder as questões. Tivemos a participação de 100% dos professores da escola. Quanto aos dados da escola, infraestrutura, quantidade de funcionários, coletamos estes dados com a coordenadora.

Para melhor atingir os objetivos de pesquisa propostos, foi necessário descrever os procedimentos de pesquisa, bem como a temporalidade programada para o desenvolvimento das ações.

Inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica, considerando que a afirmação de Fonseca (2002, p. 32).

"Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. [...] procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta."

O segundo passo foi a pesquisa de campo, bem como a visita a escola na qual foram aplicados os procedimentos metodológicos e instrumentais de pesquisa.

O terceiro passo foi a análise do material coletado na escola, questionários, entrevistas e conversa com os funcionários da escola, com a função de subsidiar o tratamento de dados coletados durante a pesquisa de campo. Em seguida, foi desenvolvido um projeto de intervenção que propunha formação contínua e reflexão sobre a prática pedagógica na perspectiva da inclusão. Por fim, foi realizada a intervenção com as possíveis soluções e os caminhos encontrados durante a pesquisa.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Buscando compreender o cenário atual, faz-se necessário uma breve viagem histórica no passado recente, onde acolher pessoas fora do padrão de normalidade estabelecido pela sociedade em instituições educacionais públicas e gratuitas é algo recente.

As primeiras instituições voltadas para o cuidado com crianças até então chamadas de excepcionais, de que se tem relatos, começaram a surgir em meados do século XIX, com o Imperial Instituto dos Meninos cegos, em 1854, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1854, atualmente conhecidas como Instituto Benjamin Constant - IBC e Instituto dos Surdos Mudos.

Posteriormente, surgiram novas instituições com especialização em outras deficiências, o Instituto Pestalozzi (1926), referência no atendimento a pessoas com deficiência intelectual e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE (1954), especializada em atender pessoas com superdotação. Entre outras.

No entanto, o atendimento educacional as pessoas com deficiência só passam a ser um direito garantido por lei em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, lei 4.024/61, que garantia o atendimento educacional especial para estudantes com as seguintes especificidades: deficiências físicas, mentais, e os com atraso quanto a idade regular e superdotação.

Nesse primeiro momento ainda não se tinha um plano de como oferecer o suporte necessário para que esse atendimento pudesse acontecer no sistema de ensino, o que contribuiu significativamente para a segregação de uma grande número de estudantes em salas e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, posteriormente a Constituição

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

Federal de 1988, faz avanços significativos rumo a inclusão, definindo a Educação como direito de todos, estabelecendo a oferta do atendimento educacional especializado como dever do estado, a ser oferecido na rede de ensino regular.

Outra grande conquista veio com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, que reforça a obrigatoriedade da matrícula de crianças na escola. Nessa mesma década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A partir de então muitas outras conquistas foram sendo somadas e leis específicas para atender as especificidades dos casos foram sendo criadas. Em 1999, o Decreto nº 3.298, regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

Em 2002, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Nesse mesmo ano tivemos a Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, e a Portaria nº 2.678/02 do MEC que aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento *O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*.

Além dos citados, outros decretos foram criados e assinados visando um sistema educacional cada vez mais inclusivo. Como exposto nas linhas anteriores, a Educação

especial é atualmente uma modalidade de ensino que passa por todos os níveis, e etapas, iniciando na Educação Infantil.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Diante do exposto, fica claro para todos que a inclusão escolar é um direito garantido por lei, tornando obrigatoriedade das famílias a matrícula de crianças com transtornos e deficiências na escola regular.

Após essa breve análise historiográfica da educação inclusiva no Brasil, cabe a nós voltarmos a reflexão que deu origem ao presente trabalho, é se os professores, estão sendo preparados, se foram preparados ou mesmo se sentem-se preparados e como o estado lida com a formação dos docentes nessa perspectiva. E aqui, não se questiona o direito inegável do acesso a educação, e sim, as condições necessárias para que isso aconteça.

Sabe-se que para atuar na educação inclusiva, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

Sobre este assunto, destaco a fala de Mantoan (2015, p. 02) em uma entrevista ao Centro de Referência da educação Integral, onde ela fala sobre os desafios da inclusão escolar.

O movimento inclusivo implica na transformação da sociedade e suas instituições para que reconheçam a diferença de todos e não de alguns e que acolha a todos nesta diferença. Então, os maiores desafios que encontramos em uma instituição como a escola ou em uma sociedade que não avançou no sentido da inclusão, é o de repensar as suas próprias regras, o próprio modo de atuar, suas práticas naturalmente excludentes, que consideram que as diferenças existem em alguns e não em todos. A partir de um modelo virtual abstrato, seleciona-se os alunos que estão aptos e aqueles que não estão para acessar, frequentar, vencer e ter sucesso na escola. Essa é a maior dificuldade de se fazer uma transformação não só das atitudes e modo de pensar, mas também no resultado disso, ou seja, das práticas institucionais. O verdadeiro papel da inclusão não é só o de modificar as relações. As organizações



devem reconhecer o direito de todos de serem diferentes e não cuidar dos diferentes de forma à parte.

Para Mantoan (2015), a escola se democratizou, no momento em que abriu espaço para novos grupos sociais, mas não trouxe para dentro da sala de aula os conhecimentos que vieram junto com eles, o que a torna excludente. Concordo com Mantoan por acreditar que garantir o direito de frequentar o espaço escolar sem oferecer condições de socialização, interação, aprendizagem e permanência desses sujeitos, configura apenas massificação de ensino.

## CONHECENDO A ESCOLA

O campo de pesquisa utilizado foi a Escola de Educação Básica João Araújo, localizada no Bairro Cohab, sede urbana do município de Itapipoca- Ceará. A Escola atende crianças da Educação Infantil ao Fundamental I, um total de 365 alunos, sendo 4 turmas de educação infantil e 10 de fundamental I, com um quadro de funcionários composto por 24 professores de salas regulares, 1 professora de Atendimento Educacional Especializado, 1 coordenadora pedagógica, 1 diretor e 7 funcionários.

Dos 365 alunos matriculados, 13 possuem laudos médicos, atestando transtornos ou deficiências e 3 estão em processo de investigação comportamental pela família e pela escola. Os laudos atestam as seguintes deficiências: Deficiência intelectual, física, Transtorno Global do Desenvolvimento- TGD, Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade- TDAH, Transtorno do Espectro Autista- TEA, deficiências múltiplas, baixa visão e síndrome de down.

Em relação a estrutura física, observou-se que a escola possui uma estrutura ampla, com salas grandes, quadra poliesportiva, sala dos professores, coordenação, sala de informática, cantina, brinquedoteca, e um pátio coberto na entrada da escola que é utilizado para atividades coletivas como Contação de histórias etc. Observamos que apesar da escola dispor de uma boa estrutura física, a maioria dos seus espaços não são adaptados com rampas de acesso.

Logo na primeira visita, a coordenação e direção da escola, apresentaram a necessidade de formação contínua sobre alguns transtornos especificamente. A coordenação sente a dificuldade dos professores em desenvolver uma atividade pedagógica inclusiva que permita a interação social entre todas as crianças, para que a inclusão aconteça de fato, e estas crianças não sejam segregadas dentro do espaço da sala de aula.

Para a Escola, alguns casos são extremamente difíceis, pois além das especificidades pertinentes ao transtorno, ainda lidam com uma pressão externa no que se refere a cobrança da aprendizagem em números. Infelizmente a escola ainda trabalha a partir de um currículo escolar pouco flexível, com saberes e conhecimentos diretamente ligados a um único objetivo de aprendizagem que *a priori* é pensado a partir de um padrão.

Dito isto, é necessário refletir sobre a seguinte afirmação, a educação não pode seguir a um padrão, pois o público a qual ela atende é diverso. Isso não se refere a pessoas com deficiência, isso refere-se a pessoas, a seres humanos, diferentes em sua essência.

[...] a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional – que, por sua vez, abala a identidade fixada no aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade determinada por modelos ideais, permanentes, essenciais. O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e das diferenças.

Essas afirmações são claras e visivelmente presentes no sistema de ensino atual. A realidade da escola supra citada não foge à regra das inúmeras outras espalhadas pelo Brasil. Uma inclusão que vem rompendo barreiras apesar das dificuldades, mas que ainda está segregada pelo modelo meritocrático que determina os padrões de qualidade de ensino, onde o conhecimento se mede de forma quantitativa sem respeitar a diversidade e a especificidade da realidade das escolas.

## **PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA**

A proposta de intervenção, foi pensada e elaborada pela equipe e apresentada ao núcleo gestor da escola, considerando a análise de todos os questionários recebidos, a partir de pesquisa e estudos feitos com o intuito de criar estratégias de intervenções pertinentes.

Como fonte de pesquisa, participamos do II seminário de Educação Políticas Públicas e Direitos Humanos: Da metamorfose a interdisciplinaridade, realizado pelo Instituto Federal do Ceará- IFCE campos Itapipoca, no minicurso voltado para a inclusão, ofertado pela professora formadora na área da inclusão Francisca (Kika) Muniz, como o tema: “inclusão: a escola está preparada?”

E vimos nas reflexões levantadas pela formadora, muitos questionamentos também levantados pela equipe de professoras a qual buscávamos intervenção. A equipe então considerou a proposta de levar este minicurso para dentro da escola. Fizemos o convite a

professora, que aceitou prontamente. Conhecedora do cotidiano de muitas escolas do município, atuante em uma sala de recursos multifuncionais, a professora Muniz, colocou-se a inteira disposição do grupo e da escola para quaisquer contribuições acerca da temática.

Com a intenção de gerar reflexão e debate acerca do tema, o minicurso foi ofertado ao grupo de professores, onde puderam expor suas dúvidas e anseios, partilhar experiências e sensibilizar-se com o “privilegio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.” (MANTOAN, 2003).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante muito tempo a Educação Inclusiva caminhou paralelamente a educação comum, acreditando que este era o melhor caminho. Mesmo com uma perspectiva conceitual que aponte para organização de sistemas educacionais que garanta o acesso de todos os estudantes aos apoios necessários para sua participação e aprendizagem, as políticas educacionais voltadas para este fim não alcançam esse objetivo.

O que se espera enquanto família, é que essas crianças sejam acolhidas pela escola com o mesmo empenho e respeito que qualquer outra, em um convívio sadio, onde a criança possa ampliar suas habilidades respeitando as suas especificidades e limitações.

Enquanto educador, o que se espera são condições de trabalho que favoreçam este atendimento com qualidade, oferecendo condições necessárias para que estas crianças possam se desenvolver.

Enquanto escola, se espera parceria entre Educador, escola e família para que todas as crianças, independente de raça, cor, etnia, transtorno ou deficiência, compartilhem suas particularidades e aprendam a conviver, respeitando as diferenças.

Sobretudo, a família, o educador e a escola, tornam-se reféns de um sistema educacional que embora aponte para uma educação inclusiva, não oferece condições necessárias para que isso aconteça.

Escolas sucateadas, salas de aulas superlotadas e sem acessibilidade, professores assustados e despreparados para trabalhar metodologias inclusivas e pais lutando por uma vaga nessas escolas onde o conhecimento se mede em números.

Esta, é a realidade da maioria de nossas escolas, o que encontramos nas visitas e no decorrer da pesquisa não foi diferente, salas lotadas, professores angustiados, cobranças



exacerbadas de resultados, principalmente nas turmas avaliadas pelo sistema de avaliação estadual que mede os avanços na educação.

O que não se mede nesses índices, são os avanços dessas crianças, os avanços das crianças com necessidades educacionais especiais que vão ficando segregadas a margem da sala de aula, a margem da preocupação da sociedade em oferecer condições para que essas crianças aprendam.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial deve integrar a proposta pedagógica da escola regular, buscando promovendo o atendimento das crianças com transtornos ou deficiências. A inclusão deve acontecer diariamente, de forma articulada com o ensino regular.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da realização da pesquisa desenvolvida para realização deste artigo, constatou-se que a Educação Inclusiva vem conquistando seu espaço na legislação vigente dia após dia, numa busca incessante de garantir o direito a qualidade de vida de adultos e crianças com transtorno e ou deficiência.

Analisando o processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais da Escola João Araújo, buscando identificar os principais entraves da inclusão escolar na sala de aula regular, faço questão de afirmar com veemência, o esforço dos profissionais da referida escola em garantir uma educação de qualidade para essas crianças, mesmo lidando diariamente com todas as questões já mencionadas.

O Marco legal aponta para um caminho de avanços e conquistas, embora muito ainda precise ser feito. O professor, como um dos principais protagonistas dessa história, dá o melhor de si na garantia desses direitos. Mesmo estando na linha de frente das dificuldades impostas por um sistema hegemonicamente excludente, faz da resiliência seu principal aliado na busca da dignidade humana.

Afirmo que a formação do professor seja um instrumento fundamental nesse processo, além de representar o respeito e a valorização do trabalho realizado pelo profissional que atua diretamente com esse público, o professor.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.678**, de 24 de setembro de 2002. Disponível em: [ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes\\_2002/por2678\\_24092002.doc](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc)

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296** de 02 de dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva( Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

MANTOAN, MariaTeresa. **Em debate:** Os desafios da Inclusão Escolar. [Entrevista concedida a] Jéssica Moreira. Centro de Referência em Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/10-filmes-para-abordar-inclusao-de-pessoas-deficiencia/>. Acesso em:04 ago. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO.M.C.S.; DESLANDES.S.F. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 25.ed. ver. atual. Petrópoles: Vozes, 2007.108p.